
**“Desenvolvimento” para quem? As (re) resistências das juventudes
ativistas frente a expansão capitalista na Amazônia paraense –
Altamira/Pará/Brasil**

**¿"Desarrollo" para quién? Las (re) existencias de la juventud activista
delante de la expansión capitalista en la Amazonía paraense –
Altamira/Pará/Brasil**

Vanderson Viana Rodrigues * 

Ana Rosa Calado Cyrus ** 

Resumo

Trata-se de um estudo sobre as visões das juventudes ativistas da Amazônia Paraense, localizadas em Altamira, acerca do (des)envolvimento que foi imposto à localidade, levando em consideração os processos de que são desencadeados na realidade da expansão do capitalismo. Tem como pressuposto de que, é possível trilhar novas perspectivas sobre a temática em conjunto com estes sujeitos, oportunizando articular conhecimentos de áreas distintas em rumo à compreensão da complexidade de contribuição de vivência da juventude de Altamira para levantar questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e observação participante para a coleta de dados, sendo possível, por meio dos resultados, afirmar que as juventudes da localidade compõem o cenário de enfrentamento à expansão dos mecanismos de ampliação do modelo de (des)envolvimento hegemônico, que desconsidera realidades e essências na Amazônia Paraense.

Palavras-chave: juventudes; ativismo; (des)envolvimento; Amazônia; Pará.

Resumen

Este es un estudio sobre las opiniones de jóvenes activistas de la Amazonía Paraense, ubicada en Altamira, sobre la (des) participación que se impuso en la localidad, teniendo en cuenta los procesos que se desencadenan en la realidad de la expansión del capitalismo. Asume que es posible caminar nuevas perspectivas sobre el tema junto con estos temas, lo que permite articular el conocimiento de diferentes áreas para comprender la complejidad de la contribución de la experiencia de los jóvenes de Altamira para plantear preguntas sobre el modelo de desarrollo. Las entrevistas semiestruturadas y la observación participante se utilizaron para la recopilación de

* Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Geociências – IG, Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. E-mail: vanderson2016rodrigues@gmail.com

** Universidade do Estado do Pará - UEPA, Pós- Graduação em Geografia - PPGG/UEPA, Belém, PA, Brasil. E-mail: caladocyrus123@gmail.com

datos, lo que hace posible, a través de los resultados, afirmar que los jóvenes de la localidad comprenden el escenario de enfrentar la expansión de los mecanismos de expansión del modelo de (des) participación hegemónica que ignora realidades y esencias en la Amazonía Paraense.

Palabras clave: juveniles; activismo; (des)participación; Amazon; Pará.

Vocês veem a floresta e os rios como mercadoria, como recursos a serem explorados. Vocês veem os humanos e os não humanos como descartáveis. Vocês são os que tiveram a alma asfixiada por concreto. Vocês são os que não amam nem mesmo os próprios filhos porque não se importam se eles não tiverem futuro. Lutaremos contra todas as formas de morte (MAB: Manifesto Amazônia no Centro do Mundo, 2019).

Introdução

Durante os dias 17 a 19 de novembro, em 2019, ocorreu em Altamira-PA o evento “Amazônia: o centro do mundo”, que teve o intuito de colocar em foco as pautas da América Latina, do Brasil profundo, as perspectivas e necessidades dos povos locais. Como produto de uma discussão árdua que se estendeu ao longo dos dias, construiu-se o Manifesto do Centro do Mundo, com a participação de ativistas climáticos, de povos indígenas e suas lideranças, de comunidades da região, de estudiosos da área e de juventudes das mais diversas.

Em um dos trechos do Manifesto interrogam a sociedade: *Que desenvolvimento para a Amazônia é este, que reduz milhões de espécies a soja, boi, minério, especulação de terras e obras de destruição?*¹

Respondendo logo em seguida, que o está sendo visto na Amazônia atualmente não pode ser chamado de desenvolvimento e sim de predação. Segundo Gómez (2007), quando busca-se aprofundar discussões sobre desenvolvimento percebe-se em práticas e debates a menção direta ao objetivo de fortalecer a ampliação da qualidade de vida da sociedade, avançando com este discurso pelos mais distintos espaços, carregando uma ideologia e desencadeando métodos e razões que modificam as realidades.

Diante disso, é pontuada a existência de diversos autores que tecem críticas a esta perspectiva sobre a temática. Conhecidos por fazerem surgir às ideias que compõem o pós-desenvolvimento, que veio a se tornar uma crítica ao modelo consolidado sobre o tema, pois coloca em foco a necessidade de superar as perspectivas impostas pelo

¹ Disponível em: <https://mab.org.br/2019/11/20/manifesto-da-amaz-nia-centro-do-mundo/>

desenvolvimento que se é discutido da atualidade, ou seja, é uma visão que não busca acrescentar ou reformar, mas desmontar as ideias desenvolvimentistas.

Assim como a juventude, que é conhecida por natureza pela sua rebeldia e questionamentos rotineiros, destacando-se que existem problemas que estão estreitamente ligados a idade dos sujeitos, em que se generaliza características como estas para se definir o que é ser jovem na atualidade.

Sendo assim, partimos da ideia de que a juventude é viva, repleta de complexidades e particulares, que busca e luta por direitos de ter acesso aos mais diversos segmentos da sociedade, mas que diante do modelo hegemônico atual, é impedida de transgredir os pensamentos impostos e chegar ao mundo em que seus interesses e diversidades sejam reconhecidos.

Desenvolvimento e (des)envolvimento: cobiça e flagelo social

O desenvolvimento é tido segundo o dicionário CDL (2010) como “modificação progressiva” e conseqüentemente como “Progreso”, contudo refletiremos sobre que projeto posto e que desenvolvimento é este, que sucateia e, historicamente, massacra os povos e territórios da “Pacha Mama” (GÖRLITZ, 1978).

Para o projeto de sociedade capitalista que visou/visa um desenvolvimento do campo da Amazônia brasileira e das cortinas que se abrem após a Segunda Guerra Mundial, com o processo de modernização da agricultura que se disseminou com maior intensidade nos países em desenvolvimento como Brasil, México e Índia, processo esse que ficou conhecido como Revolução Verde.

Em um primeiro momento, foi responsável pela tecnificação do campo aliada à fertilização do solo, ao desenvolvimento de pesticidas/venenos para combate de pragas e o desenvolvimento de pesquisas em melhoramento de sementes que se adaptassem a diferentes tipos de solos e condições climáticas, e principalmente o discurso de aumentar a produção agrícola para acabar com a fome e a miséria no campo, fora o ponto de partida para uma ampla divulgação, mercantilização e concentração das terras em diferentes países, cenário que é fortemente esboçado no Brasil, causando assim inúmeros conflitos e acentuando a desigualdade social.

Surgiram do grande capital imperialista monopolista do pós-guerra mundial. Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações *Ford* e *Rockefeller*, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 17).

Apesar de toda propaganda dos benefícios que traria/trouxe para todos setores da sociedade das nações onde tal processo foi implantado, o que se viu/vê para além do privilégio de um seletivo grupo foi uma gama de diversas consequências negativas e nefastas, principalmente para os camponeses, povos e comunidades tradicionais e originários e também para a natureza.

As principais consequências foram: a seletividade das agentes beneficiados, a expulsão de inúmeras famílias e comunidades tradicionais de seus territórios, o aumento das despesas com o cultivo e o endividamento de agricultores familiares, perda da biodiversidade, redução da mão de obra rural, poluição do solo e da água, causada pelo uso de agroquímicos – além de não ter solucionado nem um problema do/no campo, pois até os dias atuais os produtos cultivados com a utilização destes aparatos tecnológicos nos países subdesenvolvidos são, basicamente, cereais, que têm se destinado em grande parte ao abastecimento do mercado consumidor dos países ricos industrializados como Estados Unidos e China.

Desta forma, teve-se duas linhas distintas que predominaram as discussões no Brasil, uma acadêmica e a sociais da época: “a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária” (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001).

Após a escolha do modelo a ser seguido, o Governo brasileiro desenvolveu inúmeras facilidades e incentivos à adoção do modelo pelos proprietários de terras do país, facilitando a compra de terras e a tomada de créditos nos bancos públicos, além de outros meios como descritos por Zamberlam e Froncheti (2001):

- atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias primas agrícolas. Chegaram a *Ford*, *Shell*, *Ciba-Geigy*, *ICI*, *UNILEVER*, *Du Pont*, *Bayer*, *Basf*, *Stauffer*, *Dow Química*, *Pfizer*, *Unon Carbide*, *Hoeschst*, *Monsanto*, *Rhodia*, entre outras;

- criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil, para 'adequarem os produtos' à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade;
- estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001, p. 17).

Com tamanhas facilidades que beneficiaram uma pequena parcela da sociedade e inúmeras empresas transnacionais, ficou evidente a influência do Estado para a concretização da Revolução Verde no Brasil. Santos e Silveira (2006, p. 118) consideram “[...] o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira”. Desta forma, o espaço agrário brasileiro aparece com esta nova configuração, e transforma o território e modifica as relações sociais.

Este processo de instalação da agricultura tecnicizada no país tem seu princípio nas regiões Sul e Sudeste e, em seguida, se expande para a região Centro Oeste, avançando sobre o bioma do cerrado brasileiro, e, mais recentemente, destrocando a região amazônica ao qual testemunha uma reconfiguração de sua geografia. “Propriedades agrícolas que possuem as características do processo de modernização da agricultura como - também o surgimento de um novo *front* - frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país” (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Essa integração acarretou profundas transformações na estrutura agrária nacional, o que causou inúmeros confrontos e conflitos entre o Estado, povos originários e comunidades tradicionais que viviam/vivem nas terras para onde se estendeu esta nova fronteira, o que ocorreu por volta dos anos 1970, quando esta nova fronteira chegou aos Cerrados dos Estados do Tocantins, Maranhão, Piauí, onde inúmeras famílias de camponeses desenvolviam/desenvolvem há décadas seu modo de fazer agricultura tradicional em terras públicas, devolutas ou fundos de pasto.

Numa agricultura globalizada em que a produção se dá em escala global por meio das empresas hegemônicas que buscam, incessantemente, o lucro, a competitividade reflete uma luta desigual na qual aquelas que não conseguem obter a mais-valia maior estão fadadas à falência e tal mais-valia consiste, segundo o pensamento miltoniano, no motor único da globalização perversa (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 50).

É nesta vista que o dito desenvolvimento que se lança sobre os povos originários é o de (des)envolvimento, ou seja, de separação, exclusão destes povos e destruição de

suas territorialidades, tendo em vista que o camponês é culturalmente diferenciado e carregado de tradições geo-históricas.

Mas essa questão jamais chegou a ser considerada pela frente capitalista de busca pelo desenvolvimento hegemônico e desenfreado, tendo em vista que o fracasso e o extermínio da natureza em pé e das comunidades e povos é o melhor, para assim seu (des)envolvimento se consolidaria e os fronts de batalha sejam políticos, sociais ou criminais se sessem.

Pois no Brasil nunca se buscou dar vez e voz a estes atores sociais que a ferro e fogo fazem a resistência ao capitalismo, os quais tem sido a mais importante frente entre nós. Diferente de outros países, como foi o caso da França na terceira república, que ao sair “despedaçada pela Comuna de Paris de 1870 e pelo sangue de lutas fratricidas decide transformar sua “ralé”, no caso especialmente os camponeses embrutecidos do interior, em cidadãos pela ação...” (SOUZA, p. 62, 2017).

Assim, em um país que vibra com a morte de sua gente e exulta o genocídio cultural e religioso, não se espera algo parecido, mais sim que a guerrilha e as batalhas geridas e gestadas pelas classes sociais periféricas de resistência – Povos originários, camponeses e comunidades tradicionais.

Pensando as juventudes ativistas na Amazônia: para quem é o (des)envolvimento?

O pensamento que se dissemina sobre a juventude ser apenas uma fase de transição entre a infância e vida adulta, sem compor uma parte significativa na formação do ser, estimula uma visão simplista sobre estes sujeitos, os moldando em pré-julgamentos e colocando-os diante de uma homogeneização da identidade que estes carregam. Ser jovem é possuir diversas visões sobre o mundo, que tece objetivos e possui ganas que podem desencadear mudanças substanciais na realidade da sociedade.

Albuquerque (2012), aponta que as juventudes não podem ser vistas como umas, afinal é preciso que se entenda as diferenças que as compõem, pois, as mesmas emergem de contextos com aspectos culturais e socioeconômicos distintos, sendo preciso enfatizar que trazem vestígios e traços da sociedade em que estão inseridas.

Em contrapartida a esta visão reducionista, partimos da ideia de que as experiências juvenis são significativas. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com

três jovens da localidade, sendo os três ativistas em movimentos sociais locais, contribuindo para visão de desenvolvimento que pretendemos compreender a partir da juventude. Ao primeiro sujeito foi perguntado como está Altamira na atualidade, obtemos a seguinte resposta:

A cidade ela meio que se encontra numa ressaca né, que a gente vem atravessando após a construção de belo monte e a cogitação de belo San que é a mineradora que quer explorar o ouro aqui por 17. Mas assim enquanto desenvolvimento, não tem assim, que a gente vê que é um regresso muito grande acontecendo. A gente vê um índice muito grande de pessoas que não tão trabalhando, pessoas que não tem nenhum tipo de renda. Aí esse número ele cresceu bastante após a parada das obras, após o término das obras de belo monte e aí houve um grande número de pessoas desempregadas, a questão da insegurança alimentar aumentou bastante também, a gente vê muitas comunidades com moradores que apenas tem uma refeição durante o dia (PALOMA, Altamira, em 07 de novembro de 2019).

O entrevistado apresenta o quadro acerca da sua vivência no local e mostra como o desenvolvimento que acreditam ser o certo para a região chegou na população, elencando problemas referentes ao desemprego e a falta de acesso à recursos básicos devido ao que denomina de “grande retrocesso”, em que ocorreu um grande aumento da população em função dos grandes projetos que se instalam cotidianamente em Altamira, como Belo Monte e seu projeto de desenvolvimento que não inclui os sujeitos locais e traz uma série de devastações socioambientais, além da grande especulação referente ao projeto Belo Sun.

Vê-se nesta pluralidade a Amazônia idealizada, mas, como coloca Martins (1997), há também a que luta, resiste e persiste. Esse pluralismo está presente de maneira semelhante na juventude, como quando Dayrell (2003) discute a ideia de juventudes ao apresentar que cada jovem possui sua história, não havendo apenas uma maneira de expressar-se e viver. Neste contexto, é importante trazer a fala do terceiro sujeito da pesquisa acerca do que seria o desenvolvimento:

Pra mim a ascensão de toda a sociedade assim, todos os públicos, todos os povos, todas as etnias, que todos possam né ter acesso a saúde, onde todos possam ter acesso a moradia, que todos possam ter acesso a comida, alimentação, onde todos possam ter, principalmente, acesso ao estudo, onde todos possam ter acesso a cidadania. Onde possa ter essa ascensão para todos, não a exclusão. Eu acho que (...) da sociedade eu vejo nesse sentido, que todos possam progredir e ter a sua ascensão independente de qual seja o público, mas que todos possam ter, mas não é isso que acontece aqui! Aqui a gente só vê morte, morte e morte. Matam a terra, os peixes e o nosso ta ficando com fome. Fome de tudo. Minha irmã não tem emprego e quando me mandam trabalhar eu tenho que parar de ir pra escola. Que desenvolvimento

nada, aqui é só morte. Nosso papel é esse, organizar os ativistas pra luta dos seus direitos e contra as violações dos seus direitos que acontecem num processo de pré e pós construção de barragens, tanto na construção de energia elétrica quanto na de mineração (YAN, Altamira, 07 de novembro de 2019).

É nas realidades das juventudes de Altamira que se enxerga como os contextos adversos desenhados por um modelo hegemônico afetam as práticas locais, tornando quem vive refém das promessas nefastas feitas pelo “desenvolvimento”, a inclusão e acesso a recursos básicos, por exemplo, passando a ter que conviver com o que o sujeito pontua como sendo uma “fome de tudo”, de recursos, qualidade de vida, possibilidades e perspectivas que são ceifadas.

Carrano e Dayrell (2002) tratam das difíceis condições que os jovens brasileiros enfrentam em seus cotidianos, a desigualdade que assola suas vivências e as disparidades extremas que estão relacionadas com os padrões sociais e políticos que desenham os contextos onde os jovens estão inseridos, fatos que se convertem em obstáculos quanto trata-se das impossibilidades do engajamento juvenil nas lutas que estão presentes na atualidade, neste sentido destaca-se as dificuldades em que estão imersos os jovens atualmente, enfatizando os problemas em relação à vulnerabilidade social.

Considerações finais

O presente estudo partiu de uma discussão entre Juventudes e Amazônia, na busca de analisar as visões destes sujeitos sobre a realidade atual que assola Altamira quando se fala em crescimento e desenvolvimento local. Constatou-se que estes jovens fazem parte de universos incompreendidos com vozes silenciadas caracterizadas por incertezas e imagens que são desenhadas por olhares de fora, dos que não vivem a realidade, cotidiano e obstáculos do Norte do Brasil e não conseguem sentir ou visualizar a complexidade que é ser jovem, morador, pertencente e vindo da Amazônia.

E é este o caso dos sujeitos jovens desta pesquisa: moradores de Altamira, silenciados pela história, pela sua condição, por ser minoria e lutarem por uma localidade e diversidade, a sua terra e cultura, que também são marginalizados por todo um processo que vem se perdurando durante anos no Brasil.

O desenvolvimento só alcança quem está dentro das normativas pré-estabelecidas pelo sistema capitalista e todos os mecanismos que usufrui para expandir-se. Altamira pode ser vista para além de um lugar que está sendo engolido pelos grandes projetos, mas também como uma zona de confronto, resistência e batalha em que sujeitos, como as juventudes, se articulam e projetam para a sociedade em geral as pautas e demandas de quem está na trincheira da batalha por sobreviver, afinal de contas, como está colocado no Manifesto Amazônia Centro do Mundo “*Nossa aliança é pela descolonização de almas e mentes. Unidos no centro do mundo, somaremos o conhecimento dos intelectuais da floresta ao dos intelectuais da universidade; articularemos a experiência dos mais velhos à potência dos mais jovens...*” (Manifesto Amazônia no Centro do Mundo, 2019).

Referências

- ALBUQUERQUE, A. A. **Juventude, educação e participação política**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **C.E.S. Revista**, v. 21, p. 205–215, Juiz de Fora, 2007.
- CARRANO, P. C. R. O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta. *In*: FERREIRA, C. A. et al (org.). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio**. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 62–76, UFRJ, 2010.
- CARRANO, P. C. R.; DAYRELL, J. T. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., GT 3 Movimentos Sociais e Educação, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu (MG): 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm#gt3>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Dez, 2003, no.24, p.40-52. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>
- DCL. Difusão Cultural do Livro. **Minidicionário prático: língua portuguesa; A/Z**. São Paulo-SP, 2010.

GÓMEZ, J.R.M; Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. *In*: FERNADES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, p. 45-52, 2007.

GÖRLITZ, A. M. M. de. **Pachamama Santa Tierra**: Contribución al estudio de la religión autóctona en los andes centro-meridionales. Berlín: Gebr. Mann Verlag, 1978.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Manifesto da Amazônia Centro do Mundo**. Altamira, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/11/20/manifesto-da-amaz-nia-centro-do-mundo/> . Acesso em: 13 mar. 2020.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica**: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em 25/05/2023.

Aceito para publicação em 08/08/2023.